



CONGRESSO NACIONAL

MPV 868  
EMENDA  
00472  
MPV 868  
EMENDA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 11/02/2019	<b>Proposição</b> MEDIA PROVISÓRIA Nº868/2018	
<b>Autor</b> Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ)	<b>nº do prontuário</b>	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global		
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Inciso</b>

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se os §§ 8º e 9º ao Art. 11 da Lei No. 11.445, de 2007, adotando-se o seguinte texto:

"Art. 11 .....

§ 8º Antes da celebração de qualquer contrato que tenha por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive contratos de concessão ou de programa, deverá ser constituída Sociedade de Propósito Específico (SPE) incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, observadas as seguintes regras quanto ao seu funcionamento:

I – a transferência do controle direto da sociedade de propósito específico estará condicionada à autorização expressa da Poder Executivo, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, ressalvados os casos de alienação de controle societário das empresas estatais, cujo processo deve seguir o rito previsto no art. 8º-D desta Lei;

II – a Sociedade de Propósito Específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado;

III – a Sociedade de Propósito Específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento; e

IV – é vedado à Administração Pública contratante ser titular da maioria do capital votante da sociedade de que trata este artigo.

§ 9º A vedação prevista no inciso IV do § 5º deste artigo não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da Sociedade de Propósito Específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento." (NR)

## Justificativa

Entende-se pertinente e recomendável adotar estrutura de governança corporativa para fomentar transparência e eficiência aos contratos do setor de saneamento, buscando maior transparência e efetividade na fiscalização dos serviços. A alteração do atual paradigma de regulação do setor é necessária para evitar o uso insustentável de subsídios cruzados, bem como para mitigar incertezas jurídicas acerca da base de ativos dos contratos de parceria celebrados junto dos titulares.

Para endereçar estes pontos, recomenda-se incluir dispositivos ao art. 11 da Lei nº 11.445, de 2007, de modo a exigir a constituição de Sociedade de Propósito Específico – SPE como condição para celebração de contratos de concessão (Lei nº 8.987, de 1995) ou de programa (Lei nº 11.107, de 2005). O arranjo corporativo para formalizar a prestação de serviços de saneamento para cada contrato promove maior transparência em função das obrigações de contabilidade e publicações financeiras, fomentando, ainda, uma regulação específica para os ativos e serviços de cada contrato. Com isso, busca-se aumentar as condições de transparência e organização de ativos do setor, bem como deixar clara a estrutura de subsídio cruzado adotada pelos prestadores dos serviços de saneamento básico.

Em função destes objetivos, entende-se que as dificuldades e custos para implementação da alteração proposta serão em muito superados por seus benefícios, reestruturando o setor de forma a segregar seus projetos e possibilitar a capitalização de recursos com regras mais estritas de governança.

Sendo o que me cabia para o momento, aproveito para reiterar os mais altos protestos de estima e admiração à Comissão Mista e Vossas Excelências.

Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ)



CD/19302.20728-96